

Memórias de (des) Pertencimento: Relatos de Uma Comunidade no Meio do Caminho¹

Gabryela Azevedo SANTOS²
Nayara Alves EVERTON³
Andrea Teresa Martins LOBATO⁴
Universidade Ceuma, São Luís, MA

RESUMO

A luta dos povos e comunidades tradicionais pela preservação territorial e o direito de permanência local é uma das problemáticas que afetam a atual realidade brasileira e revela um cenário marcado por constantes conflitos socioambientais que envolvem a disputa pela terra em vários Estados no país. O setor empresarial, em parceria com as autoridades estatais, vem elaborando ao longo dos anos megaempreendimentos desenvolvimentistas que são projetados visando a ocupação dos lugares onde vivem estas comunidades, gerando controvérsias pelo uso e ocupação de terras, o que pode resultar no deslocamento compulsório das populações afetadas para áreas que nada têm a ver com sua cultura e modo de vida local. Inseridos dentro de um sistema de práticas comandadas pelo capital, povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, caiçaras e outros grupos minoritários, como pescadores artesanais e quebradeiras de coco babaçu, seguem numa trajetória de resistência a estes empreendimentos, em que o discurso do setor empresarial- que se estabelece enquanto viabilizador de desenvolvimento e crescimento econômico- pode alcançar êxito em nome de um ideal de progresso que tem sufocado a memória e a identidade de pessoas que não pretendem negociar suas terras nem suas moradias. Nessa disputa, duas realidades costumam se confrontar: a da expansão industrial que trará desenvolvimento econômico a todo o país e a dos direitos territoriais, étnicos, culturais e simbólicos dos moradores de determinada região que têm sua história construída na relação com o território onde é organizada sua vida econômica e sua experiência comunitária. Um dos casos mais emblemáticos no país trata-se da construção

¹ Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo do XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 18 a 20 de maio de 2022.

² Estudante de Graduação do Curso de Jornalismo da Universidade Ceuma, email: azevedogabryela3@gmail.com

³ Estudante de Graduação do Curso de Jornalismo da Universidade Ceuma, email: nayaraeverton2@gmail.com

⁴ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da Universidade Ceuma, email: andrea.lobato@ceuma.br

da Usina Hidrelétrica Belo Monte na região da Bacia do Xingu, em Altamira, no Pará. Foram ocasionados diversos problemas socioambientais desde a proposta de instalação do empreendimento; mesmo com todos os estudos realizados sobre os impactos ambientais e sociais que inviabilizavam sua construção, como o aumento do uso desordenado do solo, a destruição do rio Xingu, principal fonte de alimento dos ribeirinhos, a alteração do custo de vida da população e de problemas relacionados à segurança e saúde pública (FREIRE, 2014), a construção da usina foi autorizada pelo Governo Lula em 2010. Dentro desse contexto, o Maranhão se destaca como um dos estados com maior número de conflitos envolvendo a disputa pela terra no Brasil. De acordo com o relatório anual de Conflitos no Campo no Brasil da Comissão Pastoral da Terra (CPT), referente ao ano de 2019, divulgado em 2020, o Estado lidera os números de casos por conflitos de terra com 173 ocorrências registradas; atrás estão os estados do Pará, que confere 143 ocorrências, e da Bahia, com 130 casos contabilizados. Na Zona Rural II do município de São Luís, a perspectiva de vida das comunidades tradicionais tem sido marcada por conflitos socioambientais desde o início da década de 1970, e já resultou no deslocamento compulsório de várias comunidades, como a Vila Madureira, a mais recente a ser remanejada para ceder espaço à instalação da Termelétrica do Porto do Itaqui. Situados nesta mesma região, nas circunvizinhanças do Complexo Portuário de São Luís, moradores do povoado Cajueiro, comunidade de nosso foco de estudo, residida por pescadores artesanais, pequenos agricultores e quebradeiras de coco babaçu, lutam pela manutenção de seu território e contra ameaças de deslocamento compulsório desde o início do segundo semestre de 2014, devido a pretensão de instalação de um porto privado na região, ligado à empresa Tup Portos São Luís, anteriormente denominada WPR - São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda., o que coloca a população local em um cenário de desapropriação de terras e de impactos socioambientais propenso a submeter seu modo de vida e laços comunitários a mudanças significativas. Devido aos fatores descritos acima, instigado pela relevância de ouvir as pessoas inseridas diretamente no conflito, este projeto experimental foi direcionado pelo seguinte problema de pesquisa: *Qual é a relação da comunidade Cajueiro com o seu território?* Nossos objetivos consistiram em estudar o modo de vida local da comunidade e construir uma narrativa da vida e dos costumes dos moradores do Cajueiro, dando ênfase a sua ligação com o lugar de vivência e seu sentimento de pertencimento ao território, a partir da escrita

de um livro-reportagem que colocasse em evidência suas particularidades, costumes e história, uma vez que a grande reportagem em livro trabalha uma escrita aprofundada que pode dar visibilidade aos atores sociais envolvidos em problemáticas como estas e ainda provocar o debate acerca dos conflitos socioambientais que permeiam o atual cenário brasileiro, estimulando o conhecimento sobre o tema e fortalecendo princípios de cidadania. Para se alcançar metodologicamente os resultados desta pesquisa, foram cumpridas três etapas: revisão bibliográfica, pesquisa de campo e pesquisa etnográfica. A pesquisa de campo foi realizada através de entrevistas com pesquisadores que estudam os conflitos socioambientais relacionados à Zona Rural II de São Luís, com a finalidade de reforçarmos o conhecimento sobre as questões dos impactos sociais e ambientais relacionados ao território onde vive a comunidade. Por meio da pesquisa etnográfica, foi possível fazer um registro detalhado dos aspectos singulares da vida dos moradores e suas relações de vivência em comunidade e com o território, uma vez que tal procedimento permitiu uma aproximação direta e afetiva com a comunidade; pois as pesquisas etnográficas se propõem a explicar e explorar ideias, princípios, sentidos, conhecimentos e práticas de grupos, culturas e comunidades (AMPIERE; COLLADO; LUCIO, 2013). Outro aspecto importante do método da pesquisa etnográfica é que ele pode ainda ser reconhecido como: “observação participante, pesquisa interativa, pesquisa hermenêutica” (MATTOS, 2011, p.4). Assim, a fim de estudar o modo de vida da comunidade Cajueiro e entender sua relação de pertencimento com o território, optamos como caminho de investigação e de busca por resultados os procedimentos metodológicos inerentes à observação participante, que nos colocou em contato direto com o grupo estudado, uma vez que, nesta modalidade de estudo, o observador permanece no seio do grupo que estuda e observa de modo espontâneo, como espectador, embora mobilizando a informação na condução do seu olhar (CORREIA, 2009, p. 4). Para embasamento teórico da pesquisa, recorreremos a produções acadêmicas como livros, teses e monografias que expõem a problemática do crescimento industrial na Zona Rural II de São Luís e suas consequências no modo de vida tradicional das comunidades locais, dentre elas o Cajueiro, ao longo dos anos, a saber: Arcangeli (2020); Marinho, Mendonça (2016); Mendonça (2017); Moreira (2015); Sbrana (2017). Utilizamos também as contribuições teóricas de alguns estudiosos do desenvolvimento, como Dilgger, Lan, Jorge Filho (2016) e Brustolin, Sant’Ana Junior, Teisserenc (2018), para apontar um modelo hegemônico de

progresso voltado às normas do grande capital que viabiliza empreendimentos que resultam em consequências ambientais e sociais que afetam tanto a biodiversidade do planeta como os direitos fundamentais e o modo de vida de determinadas populações. Foi também fundamental embasar este estudo com os conceitos de comunidade (BAUMAN, 2003; PATEO 2016), memória coletiva (HALBAWACHS, 1990), território (SANTOS, SILVEIRA, 2006; PERAFÁN, OLIVEIRA, 2013), topofilia (TUAN, 2015) e pertencimento (MORICONI, 2014), a fim de identificarmos de que maneira se dá a relação das comunidades tradicionais com seu lugar de vivência e seu sentimento de pertença pelo território. Como resultado, tivemos a produção do livro-reportagem intitulado *Memórias de (des) pertencimento: relatos de uma comunidade no meio do caminho*, cuja intenção de escrita se sustenta num fazer jornalístico diferenciado, com uma construção narrativa mais imersiva e contextualizada sustentada por um modelo de escrita inspirado nos moldes do jornalismo literário, que, como pontua Lima (2014, p.11), possui “uma força comunicativa poderosa e uma qualidade estética notável”. O livro está dividido em duas partes: I *Na Rota* e II *Aqui é meu chão*. A primeira parte é formada pelo capítulo: *Um povo no meio do caminho*; além de referir o Cajueiro nos entremeios de empreendimentos como o Porto do Itaquí e o da Alumar, este capítulo revela o processo de deslocamentos compulsórios e insegurança dos moradores rurais em meio ao crescimento industrial na região. A segunda parte é formada pelos capítulos: *Outrora, Quintais, Marés e O Cajueiro resiste*, cuja escrita recai diretamente sobre a história da comunidade a partir da memória dos moradores mais antigos, as particularidades do modo de vida local e traços da insegura vivência de João Germano da Silva, o patriarca da única família que ainda resiste em Parnauçu, área de influência direta da instalação do Porto São Luís em Cajueiro. Cada um dos capítulos é iniciado com uma epígrafe, que são frases ditas pelas personagens do livro. O final de cada capítulo dispõe de fotografias feitas na comunidade, e relacionadas ao assunto nele abordado.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade Cajueiro; Conflitos socioambientais; Relação territorial; Pertencimento; Livro-reportagem.

REFERÊNCIAS

ARCANGELI, S. C. **Cajueiro:** a luta de uma comunidade pelo direito de existir. São Paulo: Sundermann, 2020.

BALTAZAR, G. M. O.; SILVA, C. C. S. **A grande Reportagem: os desafios enfrentados pelos profissionais desde a ideia da pauta até a divulgação da matéria.** 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013. Não paginado.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CORREIA, M. C. B. **A observação participante enquanto técnica de investigação. Pensar Enfermagem**, [s. l.], v. 13, n. 2, 2009. Disponível em: http://pensarenfermagem.esel.pt/files/2009_13_2_30-36.pdf. Acesso em: 27 out. 2020.

DILGGER, G.; LAN, M.; JORGE FILHO, P. **Descolonizar: o imaginário.** [s. l.]: editora Elefante, 2016.

FLORIT, L. F. **Conflitos ambientais, desenvolvimento no território e conflitos de valoração: considerações para uma ética ambiental com equidade social.** Universidade Regional de Blumenau, 2016.

FREIRE, L. Impactos ambientais no Rio Xingu diante da implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte no Estado do Pará: subsídios para o planejamento ambiental. **Revista Geonorte**, [s. l.], ed. 4, v. 10, n. 1, p. 490-493, 2014.

FREITAS, C. G. **Desenvolvimento Local e sentimento de pertença na comunidade de Cruzeiro do Sul – Acre.** [s. l.]: Universidade Católica Dom Bosco, 2008.

HAESBAERT, R. **Território e multiterritorialidade: um debate.** Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2007.v9i17.a13531>. Acesso em: 22 maio 2020.

HALBAWACHS, M. **Memória Coletiva.** São Paulo: [s. n.], 1990.

LASCHEFSKI, K.; ZHOURI, A. **Conflitos socioambientais.** [s. l. : s. n.], 2019. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/98340803/ZHOURI-LASCHEFSKI-Conflitos-Ambientais>. Acesso em: 21 out. 2021.

LIMA, E. P. **Jornalismo Literário para iniciantes.** São Paulo: EDUSP, 2014.

MARINHO, S. C.; MENDONÇA, B. R. Cajueiro Revisitado: ou dez anos de relato crítico em construção. **Revista Pós Ciências Sociais**, [s. l.], ed. 26, v. 13, n. 26, p. 63-92, 2016.

MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf>. Acesso em: 19 de out. 2021.

MENDONÇA, B. R. **Continuum Colonial: Colonialidade = Modernidade, Empreendimentos Capitalistas, Deslocamentos Compulsórios e Escravos da República no Estado do Maranhão, Brasil.** 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

MORAIS, G. W. **Livro-reportagem: amalhando experiências para contar uma história.** Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

MOREIRA, J. F. **Arenas, repertórios e ações:** o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015).

MORICONI, L. V. **Pertencimento e identidade.** 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

PATEO, R. D. **Direitos Humanos e Cidadania:** proteção, promoção e reparação dos direitos das comunidades tradicionais. v. 13. Belo Horizonte: Marginália Comunicação, 2016.

PERAFÁN, M. E. V.; OLIVEIRA, H. **Território e Identidade.** Bahia: P55 Edições, 2013.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2006.

SBRANA, D. R. **A galha da figueira branca e o carvalho:** alvorecer do Maranhão colonial a partir das representações a respeito dos chefes tupinambás (1603- 1619). 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

TUAN, Y. F. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2015.